

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº19 Janeiro de 2018

Especial Retrospectiva 2017



Introdução

2017: Desafios e Perspectivas



A trajetória dos BRICS em 2017

O Novo Banco de Desenvolvimento, os discursos oficiais e as iniciativas domésticas



As conferências ambientais

Triple COPS, Conferência dos Oceanos, COP 23 de clima



Considerações Finais



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL



Introdução

Desafios e Perspectivas

Em sua 19ª edição, o Radar Socioambiental realiza uma retrospectiva de alguns dos principais acontecimentos que marcaram 2017 no âmbito dos cinco países BRICS. Das iniciativas na arena socioambiental até o desenvolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, sigla em inglês). O retrato dessa conjuntura permite identificar desafios e metas para o ano de 2018, bem como possibilita o monitoramento do avanço na implementação de políticas socioambientais e dos obstáculos que contribuirão para que algumas das iniciativas propostas tenham se limitado apenas aos discursos oficiais. No mais, o Radar também busca realizar um levantamento acerca dos principais foros e conferências cujo enfoque relaciona-se às questões socioambientais, destacando seus principais resultados, bem como os desafios previstos adiante.



A trajetória dos BRICS em 2017

O Novo Banco de Desenvolvimento, os discursos oficiais e as iniciativas domésticas

Ao final de 2016, uma das maiores expectativas em relação ao grupo BRICS dizia respeito a atuação do NBD, também conhecido como Banco dos BRICS. Naquele ano, o banco havia aprovado um primeiro pacote de investimentos¹, contemplando cada um dos membros do bloco. Em adição a esse primeiro pacote, o NDB também anunciou, no fim de 2016, duas linhas de crédito, voltadas à viabilização de um projeto de energia eólica na China e à manutenção de estradas na Índia, negociando, ainda, com o governo chinês a concessão de financiamento para a consecução de um projeto de energia solar no país.

Conforme destacado pelo RADAR n.º 9, a escassez de informações acerca do status desses financiamentos² contrastava com as altas expectativas de que o Banco dos BRICS

¹ Para ter acesso a lista de todos os projetos correntes com envolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS: <https://goo.gl/CcnDqW>

² Todos os cinco primeiros projetos destinados aos países BRICS que apresentam o período de encerramento nos documentos oficiais do NDB - China, Brasil, Rússia - ainda se encontram em curso. Para acessar o projeto dedicado a China: <https://goo.gl/A6sgdZ>. Para acessar o projeto dedicado ao Brasil: <https://goo.gl/A3RDXn>. Para acessar o projeto destinado a Rússia: <https://goo.gl/peyKtP>.

pudesse se tornar uma organização capaz de desafiar a ordem financeira internacional, visto que o NDB poderia servir como um grande provedor de financiamento para os países do Sul Global.

Chegando ao fim de 2017, após pouco mais de dois anos desde a sua criação, o Banco dos BRICS ainda parece encontrar desafios em relação à transparência dos seus projetos, tendo em vista que as informações contidas no [website oficial](#) do banco não oferecem um acompanhamento detalhado sobre os projetos em curso. No que diz respeito à possibilidade do NDB tornar-se uma alternativa viável para os países que buscam financiamento - sem, contudo, comprometer-se com as condicionalidades frequentemente impostas por organizações tradicionais - ao longo de 2017, não foram aprovados quaisquer projetos voltados à países em desenvolvimento fora do âmbito do bloco, frustrando, portanto, as expectativas³ em relação ao seu papel como nova fonte de créditos voltados à projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para os países do Sul Global.

Já no que diz respeito às Cúpulas anuais do BRICS, em 2017, os Chefes de Estado e de Governo dos cinco países reuniram-se em setembro em Xiamen, na China, para debater temas contidos em uma agenda ampliada, não restrita a questões econômicas e comerciais, conforme notava-se nas primeiras cúpulas do BRICS. Prova disso seria o enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 e nas iniciativas de cooperação Sul-Sul em relação a setores como energia renovável, combate à poluição e proteção da biodiversidade. No mais, a [Declaração Final](#) do grupo também demonstra a preocupação dos cinco países para com temas como a erradicação da pobreza, o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono e a implementação do Acordo de Paris.

No entanto, apesar do maior espaço conferido às questões socioambientais na agenda dos BRICS, a concretização de tais compromissos ainda permanece como um grande desafio para esses cinco países, o que acaba por caracterizar um grande *gap* entre os discursos oficiais e a efetiva implementação de políticas domésticas. O Brasil configura-se como um exemplo claro de tal distanciamento. Enquanto, em meio às Cúpulas dos BRICS e a outras conferências internacionais como as COPs, o país adota um discurso de sustentabilidade e de compromisso para com as metas do Acordo de Paris e com os ODS, o ano 2017 foi permeado por mudanças na

³ Em 2016, o Vice Presidente e Diretor Chefe de finanças do NBD, Leslie Maasdorp, [declarou](#) a intenção do banco de conceder cerca de 25% da participação de seus recursos para mercados emergentes. Na mesma ocasião, Maasdorp declarou que o banco concederia 55% dos recursos obrigatoriamente aos países BRICS, tornando a organização um banco voltado aos mercados emergentes.

legislação socioambiental brasileira que parecem apontar para o caminho oposto. Esse quadro contraditório, que se aprofundou em 2017 e vigora até os dias atuais, coloca em xeque a própria legitimidade das propostas⁴ e compromissos assumidos pelo país perante os foros internacionais. Em 2017, foram muitos os Projetos de Lei (PLs), Emendas à Constituição, Medidas Provisórias (MPs) e Decretos presidenciais, que envolveram os poderes executivo e legislativo, que contribuíram para o aprofundamento desse *gap* entre os discursos oficiais e a implementação de políticas domésticas.

Conforme destacado pelo Radar n. 16, um exemplo dos [projetos](#) que reforçam essa percepção, foi a polêmica MP 759, já transformada em lei, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Tal MP regulariza a ocupação de grileiros, possibilitando uma maior concentração fundiária e favorecendo a prática da grilagem, de modo a contribuir para a elevação dos índices de desmatamento e das tensões no campo.

No mais, episódios como o envio de uma carta, assinada por parlamentares da União Europeia (UE), que dispõe sobre a difícil situação dos povos tradicionais e dos ambientalistas no Brasil parece não deixar dúvidas acerca das repercussões negativas que as políticas domésticas do país vem causando. Em [declaração](#) oficial, a chefe da diplomacia da UE, Frederica Mogherini, afirmou que a UE só estabelecerá algum acordo comercial com o Brasil, a partir do Mercosul, mediante a incorporação no acordo de temas ambientais e de direitos humanos. Nesse mesmo sentido, nota-se também as críticas realizadas pelo governo da Noruega às políticas brasileiras de combate ao desmatamento e, conseqüentemente, o corte do financiamento destinado ao Fundo Amazônia.

Já a Rússia é conhecida como um ator não muito entusiasmado no que concerne aos problemas ambientais. A O país não se mostra atuante em meio aos principais foros de negociação climáticos, tal fato pode ser constatado pela sua ausência na [lista](#) de países que aceitaram participar do segundo período do Protocolo de Quioto, acordado em 2012 na COP18, em Doha, planejado para vigorar entre 2013 e 2020. Suas NDCs⁵ são consideradas bastante tímidas, à medida que têm como ano base 1990, período em que a União das Repúblicas

⁴ O [discurso](#) oficial do presidente do Brasil na 72ª Assembleia Geral da ONU enfatizou os dados de um estudo de uma ONG que demonstrava a redução do desmatamento na Amazônia em 20%, no entanto, a posteriori, os próprios realizadores do estudo desmentiram tais resultados em [entrevista à BBC](#).

⁵ As NDCs da Rússia, conforme apresentadas em 2015, dizem respeito à redução de 25% a 30% das emissões em relação ao ano 1990, dependendo da capacidade de absorção das florestas. Para saber mais sobre as NDC dos BRICS: <http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/interna/7142?tipo=Plataforma%20Socioambiental>

Socialistas Soviéticas (URSS) ainda existia, de modo que a redução de suas emissões em relação a esse período não demanda grandes esforços. O país também apresentou um posicionamento divergente em relação aos seus parceiros do BRICS durante a Conferência dos Oceanos, quando mostrou-se resistente ao ponto do documento final que condenava a pesca predatória, ao afirmar que as ponderações sobre tal prática seriam de responsabilidade exclusiva de foros como os da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por outro lado, deve-se salientar que a Rússia vem apresentando uma política externa mais propositiva no que diz respeito a um tema que se mostra fortemente vinculado à problemática ambiental: a geração de energia. Como um dos maiores produtores e consumidores de energia do planeta e com uma matriz energética fortemente composta por combustíveis fósseis - o [consumo de energias renováveis](#) responde por apenas 3,6% do total no país - o assunto mostra-se extremamente sensível para a Rússia. Não por acaso, durante a IX Cúpula dos BRICS, a Rússia propôs a criação de uma plataforma de compartilhamento de informações acerca de produção de fontes alternativas de energia. Contudo, apesar de seu alto potencial para a produção de energia solar e eólica, a política energética russa ainda esbarra em limitações importantes, tendo em vista sua dependência econômica da indústria de combustíveis fósseis, que responde por grande parte de seu Produto Interno Bruto (PIB).

Já a Índia vem apresentando discursos bastante propositivos no que diz respeito às questões ambientais. Em Xiamen, seu Primeiro Ministro, Narendra Modi, destacou a importância do NDB para fomentar projetos de energia renovável e de infraestrutura no âmbito dos países BRICS, o que ajudaria no alcance dos compromissos estabelecidos no Acordo de Paris. Juntamente ao governo da China, a Índia demonstrou amplo descontentamento, durante a COP 23, face a ausência de um espaço de debate especialmente dedicado para negociações climáticas no período pré-2020 - ambos os países acreditavam que esse espaço seria um ponto chave para o fortalecimento da confiança entre as partes.

No mais, se ressalta, durante a Conferência dos Oceanos, no [discurso](#) do Ministro de Relações Exteriores da Índia, M.J. Akbar, a participação do país em projetos de desenvolvimento, através da disponibilização de cerca de US\$ 75 milhões, nos últimos três anos, para projetos de desenvolvimento nos intitulados Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS – abreviação em inglês). Em tal discurso o governo indiano se comprometeu com a concessão de US\$ 500 milhões, além de mais R\$ 1 bilhão na forma de

empréstimos com melhores condições, também direcionados aos SIDS. Nota-se que a ocasião supracitada expõe certa vontade política em estipular compromissos para o período pré-2020, demonstrando a preocupação do país, evidenciada na COP23, com as ambições e os compromissos para esse período, conforme estabelecidos na Agenda 2030.

No que diz respeito às políticas domésticas da Índia, destaca-se o projeto Aliança Solar Internacional⁶, estabelecido em parceria com a França, em 2015. Durante a IX Cúpula dos BRICS, Narendra Modi convidou os demais países do bloco a se juntarem a essa iniciativa. Outra medida importante implementada pelo governo da Índia, também destacada na Conferência dos Oceanos, foi o banimento do uso de plástico descartável em Nova Deli, por parte do [Tribunal Nacional Verde](#), corpo especializado para lidar com disputas ambientais envolvendo assuntos multidisciplinares⁷.

Observou-se também, no âmbito das políticas domésticas, a tentativa de implementar um [programa nacional](#)⁸ para gerenciar a poluição industrial nas cidades indianas - buscando identificar e prevenir grandes focos de poluição⁹ e futuramente construir soluções para reverter tal quadro. No entanto, os discursos que buscam ilustrar otimismo e demonstrar esforços no alcance da Agenda 2030 ainda precisam de mais ações domésticas para adquirir maior respaldo, visto que colidem com o aumento das emissões nacionais de GEE. De acordo com dados do [relatório anual](#) da Global Carbon Project, em 2017 a Índia respondeu por 7% das emissões globais, apresentando um aumento significativo em sua curva de emissões¹⁰.

A China, por sua vez, vem buscando adquirir uma posição proeminente em meio ao regime de clima, principalmente após o comunicado da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris. Em muitos de seus pronunciamentos oficiais - como na Cúpula de Xiamen, em que foi a anfitriã, e na COP 23 - o país mostrou querer transmitir uma imagem de comprometimento para com as metas da Agenda 2030 e do Acordo de Paris, chamando a atenção para a necessidade do fortalecimento da cooperação entre os BRICS nesse sentido.

⁶ Para mais informações sobre o projeto e os países envolvidos no mesmo: <https://goo.gl/Dw3gV3>

⁷ Para mais informações sobre o Tribunal e seu funcionamento: <https://goo.gl/6jtJj9>

⁸ O [mapeamento](#) mais recente, produzido pelo governo da Índia, das áreas mais afetadas data de 2015

⁹ [Imagens](#) coletadas pela Agência Espacial Europeia, sobre a poluição urbana na Índia, foram captadas e amplamente divulgadas.

¹⁰ O [relatório anual](#) da Global Carbon Project de 2016 mostra que a Índia correspondeu por 6% das emissões globais e indica que o crescimento significativo na curva de emissões começou no começo da década de 1990.

No âmbito doméstico, o governo da China vem buscando estabelecer programas de monitoramento da poluição da água e do ar, tanto em grandes cidades como em áreas rurais, bem como vem fomentando o desenvolvimento de cidades sustentáveis. Já são perceptíveis os resultados desse estímulo, que refletem até mesmo na economia, mediante ao aparecimento de novas empresas ligadas ao meio ambiente, como as que vendem instalações de tratamento de água para cidades e empresas. O novo quadro possibilitou para essas empresas novas vendas destinadas também para a população da China, como famílias rurais, que se mostram cada vez mais preocupadas com questões ambientais.

No dia 27 de outubro de 2017, o Ministério do Meio Ambiente da China divulgou um [Plano de 2016 a 2020](#) para monitoramento e preservação de grandes rios, da ecologia e dos recursos marinhos em diversos tipos de ambiente - florestas, áreas urbanas densas, áreas urbanas pequenas. Adicionalmente, por meio do principal projeto econômico chinês, intitulado de Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative)¹¹, em maio de 2017, o governo da China também estipulou [diretrizes e um cronograma](#) de planejamento sustentável que, segundo a China, estariam alinhados à Agenda 2030.

As políticas domésticas destacadas, no entanto, ainda se mostram insuficientes para que a China cumpra com os compromissos assumidos perante o Acordo de Paris. Os discursos oficiais defendidos nos principais fóruns internacionais, ao longo de 2017, ilustram um tom muito otimista por parte do governo chinês, no entanto, suas políticas ambientais ainda se encontram guiadas, sobremaneira, por interesses econômicos como o supracitado Cinturão e Rota. Soma-se ainda uma concepção simplista de que a pauta ambiental se restringe a baixa emissão de gases poluidores. Todo esse contexto evidencia o *gap* entre os discursos e as ações, que transparecem uma possível falta de entendimento acerca das complexidades que envolvem a problemática ambiental.

Por fim, a África do Sul de forma frequente destaca a importância das iniciativas de adaptação às mudanças climáticas. Por estar localizada em uma das regiões mais sensíveis às transformações do clima do planeta, a África do Sul busca assumir o posto de porta voz dos países africanos, enfatizando a irreversibilidade do Acordo de Paris. O país também vem

¹¹ A Belt and Road Initiative do governo chinês consiste em seis corredores terrestres propostos – designados coletivamente como Rota da Seda Econômica – irradiando da China para o centro, sul e sudeste da Ásia, bem como para a Sibéria. Ela também inclui uma Rota de Seda Marítima que liga portos chineses com destinos nas costas do oceano indico até a África Oriental. Ver mais sobre o projeto em: <https://goo.gl/ua8hiy>

demandando veementemente, em meio aos foros multilaterais, a necessidade da transferência de recursos por parte dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento – utilizando-se por vezes de comunicados conjuntos do grupo BASIC, reforçando o pleito comum acerca do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

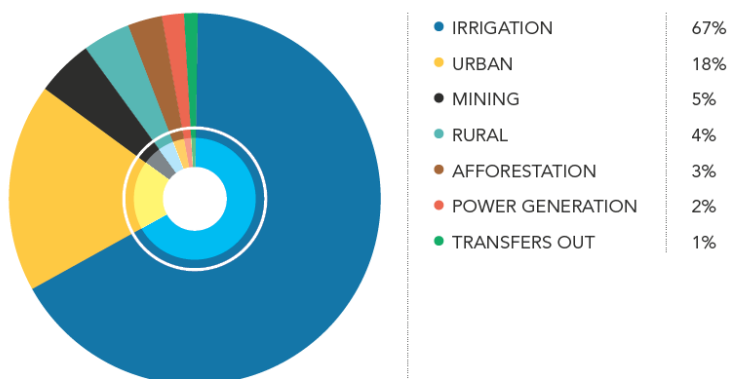
Como sede de um escritório do NDB, a África do Sul também vem se mostrando determinante para o estabelecimento de algumas iniciativas de cooperação, como o Plano de Ação do G20 para a África e a Agenda 2063¹² da União Africana. Ambos foram vistos com bons olhos por outros países e percebidos como oportunidades de fomentar o desenvolvimento sustentável no continente e atrair investimentos para buscar seguir o a Agenda 2030. Ao longo de 2017, a África do Sul também convidou os demais mercados emergentes, em especial o dos países africanos, para fazer parte da agenda de cooperação dos BRICS.

Vale notar que, apesar da questão ambiental aparecer de forma cada vez mais frequente em seus discursos oficiais, a África do Sul configura-se como país BRICS cujas NDC's mostram-se menos audaciosas: atingir o pico de emissões de GEE até 2030 para, a partir de então, reduzi-las, fato que faz com as que políticas ambientais sejam fortemente orientadas para a questão da adaptação. Em outubro de 2017 o país lançou uma das mais importantes iniciativas no âmbito das políticas domésticas, a intitulada [Estratégia Nacional de Adaptação](#). Tal plano tem como objetivo formular uma agenda em conjunto com todos os setores – governo em todos os níveis, empresas, faculdades e a população – estabelecendo diretrizes e as prioridades em pró da Agenda 2030.

É importante ressaltar, contudo, que o país ainda enfrenta problemas estruturais graves como a fome e a falta de acesso à água, além de possuir uma economia fortemente concentrada em atividades que exigem a ampla utilização de recursos naturais, conforme apontado no gráfico a seguir, parte do [relatório de 2017](#) realizado pelo governo sul-africano:

Gráfico 1: Uso da Água na África do Sul por setor

¹² Para saber mais sobre a agenda 2063 da União Africana: <https://goo.gl/CJiwmP>.



Fonte: GreenCape, Market Intelligence Report, 2017.

O Gráfico ilustra claramente a necessidade de melhor gerenciamento de recursos naturais, por parte do governo da África do Sul, que respeite meio ambiente e atenda melhor a população.

As conferências ambientais

Triple COPS, Conferência dos Oceanos, COP 23 de clima

Ao longo de todo o ano de 2017, ocorreram importantes conferências acerca de temas ligados ao meio ambiente, tais quais sobre o descarte de resíduos perigosos, agrotóxicos e substâncias químicas, poluentes orgânicos persistentes (POPs), a proteção dos oceanos e mares e, ao final do ano, a maior conferência internacional sobre mudanças climáticas, a COP, que chegou à sua 23ª edição. Ainda que os temas presentes nesses fóruns sejam múltiplos é possível traçar um breve panorama sobre os posicionamentos e os resultados alcançados.

Em maio desse ano, a chamada Triple COPS reuniu as partes signatárias de três convenções distintas: a Convenção de Basileia sobre Resíduos Perigosos e seu Depósito, a Convenção de Roterdã sobre Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes. Apesar de suas especificidades, as três convenções guardam importantes sinergias acerca do objetivo de proteger a saúde humana e o meio ambiente.

A terceira edição da Triple COPs, que ocorreu em Genebra, na Suíça, teve como eixo central o tema “Um futuro desintoxicado: gerenciamento prudente de químicos e resíduos” e reuniu 180 países. Durante a conferência e os intitulados *side-events*, foram destacados aspectos como os links entre os temas negociados e os [ODS da Agenda 2030](#), destacou-se a importância de se avaliar os indicadores utilizados para mensurar os avanços em relação aos objetivos das convenções, a necessidade de enfatizar iniciativas de cooperação técnica, bem como foram debatidas estratégias para elevar as sinergias entre as três convenções. Apesar da importância dos temas debatidos e do grande número de delegações que compareceram à conferência, pode-se dizer que a Triple Cops exibiu resultados bastante tímidos, que se limitaram à criação de guias técnicos e ao debate acerca da inclusão de novas substâncias aos anexos das convenções.

A proteção dos oceanos e ecossistemas marinhos também se configura como um tema diretamente ligado à Agenda 2030 e ao Acordo de Paris e cuja importância levou os países a reunirem-se em 2017. Em junho, aconteceu a primeira conferência de alto nível sobre os oceanos, que visava apoiar a implementação do ODS 14¹³. A intitulada Conferência dos Oceanos resultou em um *Call for Action*, denominado *Our Ocean, Our Future*¹⁴, resultado de consultas intergovernamentais prévias ao evento, que salienta o caráter integrado da Agenda 2030 e coloca em foco a necessidade da inclusão das metas dos ODS nos planos e estratégias de desenvolvimento nacionais, visando a preservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marítimos.

Talvez umas das notícias mais vinculadas em relação ao regime do clima em 2017 tenha sido a decisão do presidente Donald Trump, anunciada em junho de 2017, de retirar a assinatura dos EUA do Acordo de Paris. A medida levou ao pronunciamento de diversos líderes mundiais e do Secretário Geral das Nações Unidas, expressando grave preocupação em relação à continuidade de compromissos assumidos anteriormente pelo país e sobre a ameaça crescente das mudanças climáticas. Apesar das incertezas que ainda pairam em relação ao futuro do Acordo de Paris sem a presença dos EUA, o ano de 2017 foi permeado por declarações oficiais que reforçavam a irreversibilidade do acordo e de esforços para definir suas regras e procedimentos.

¹³ O ODS14 versa sobre a conservação e o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

¹⁴ Para acessar o documento aprovado: <https://goo.gl/uow675>

As Partes signatárias da Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) voltaram a se reunir, durante a COP 23, em Bonn, na Alemanha, com o objetivo principal de avançar nas negociações sobre o livro de regras do Acordo de Paris. As expectativas eram de que, estando sob a presidência de Fiji, as negociações da COP fossem fortemente voltadas a temas de extrema importância para países menos desenvolvidos, tais quais adaptação e perdas e danos (loss and damage).

Com o fim da COP 23, se por um lado as delegações das Partes da UNFCCC deixaram Bonn frustrando muitas expectativas com poucos avanços no que diz respeito aos tópicos supracitados, por outro lado, as negociações resultaram em alguns progressos importantes como a elaboração de um esboço do livro de regras do Acordo de Paris, o lançamento do intitulado Plano de Ação de Gênero e da Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas. Tais planos são vistos como grandes conquistas por institucionalizar mecanismos que tem como objetivo promover o papel de liderança das minorias no processo de criação de políticas climáticas por exemplo. Adicionalmente, houve também a criação do Diálogo do Talanoa, mecanismo que tem como objetivo principal reunir a contribuição de diversos setores - tais quais a academia, o empresariado e a sociedade civil – com vistas a reduzir o *gap* entre a meta do Acordo de Paris e as NDCs das Partes signatárias, além de tornar mais ambiciosas as metas adotadas para o período pré-2020 .

No que diz respeito ao segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto, que se encerra em 2020, vale ressaltar que, antes mesmo da celebração de Paris, durante a COP 17, realizada em Durban, estipulou-se que, a partir de 2014, os países não pertencentes ao Anexo I deveriam apresentar relatórios bienais em que constem seus níveis de emissões de GEE, suas políticas de mitigação e os *gaps* tecnológicos e financeiros que representam desafios à redução de suas emissões. Conforme apresentado pelo Radar n. 12, entre os países BASIC, apenas Brasil e África do Sul apresentaram relatórios dentro do prazo estipulado, tendo a Índia apresentado seu primeiro relatório somente em janeiro de 2016, e a China apenas em fevereiro de 2017, ano em que o Brasil apresentou seu segundo relatório.

A análise do conteúdo dos documentos submetidos por esses países revelou não apenas desafios quanto ao cumprimento do cronograma definido em Durban, como também quanto ao monitoramento efetivo das emissões, por parte desses quatro países, já que muitos desses relatórios apresentaram defasagens entre os inventários de emissões e a data de submissão.

Tendo em vista a alta contribuição dos países BASIC nas emissões globais de GEE, pode-se inferir que as dificuldades de monitorar suas próprias emissões, possivelmente, resultarão em grandes desafios para o cumprimento efetivo de seus NDCs e, conseqüentemente, para o alcance do objetivo do Acordo de Paris. Nota-se ainda que, diferentemente de Quioto, Paris mostra-se como um acordo global - demandando a redução das emissões, tanto de países desenvolvidos, quanto de Estados em desenvolvimento – o que torna a submissão desses relatórios crucial para que as partes em desenvolvimento possam identificar os desafios que se colocam a frente de suas políticas de adaptação.

Considerações Finais

No que diz respeito ao BRICS, 2017 revelou certo descompasso entre as declarações conjuntas apresentadas pelo bloco na Cúpula de Xiamen e em foros multilaterais, de um lado, e as políticas domésticas dos cinco países, de outro. Tais conclusões mostram-se evidentes mediante à análise da conjuntura sociopolítica dos países que compõem o bloco, bem como do atual status de suas políticas socioambientais quando contrastadas com o posicionamento oficial dos BRICS.

Já em relação à arena climática, se a entrada em vigor do Acordo de Paris foi um dos grandes marcos de 2016, o ano de 2017 será lembrado pelo anúncio da já esperada saída dos Estados Unidos do acordo, gerando incertezas acerca da possibilidade de se alcançar o objetivo de restringir o aquecimento global a 1,5° C até 2100, sem a presença do segundo maior emissor mundial. Conseqüentemente, criou-se uma expectativa sobre qual país preencheria o vácuo de poder deixado no âmbito do regime de clima, após a eleição de Donald Trump¹⁵. Tal quadro confere maior importância para os posicionamentos da China na esfera climática, que hoje se configura como o maior emissor de GEE do mundo¹⁶.

¹⁵ [A notificação oficial](#) da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris foi recebida pela ONU dois meses após o presidente Donald Trump declarar a intenção do governo em abandonar o acordo. Segundo o artigo 28 do Acordo de Paris, um país só pode se retirar após a data de três anos do acordo entrar em vigor para tal membro e a retirada ocorre depois do prazo de um ano da data de recepção da notificação pelo depositário..Desta forma os Estados Unidos deverá permanecer no Acordo de Paris até 2019.

¹⁶ Segundo o [relatório anual de 2017](#) da ONG Global Carbon Project, a China sozinha responde por 28% do total de emissões mundiais.

Em 2017, foram notados, também, alguns avanços significativos no que diz respeito à agenda socioambiental de forma mais ampla, como a formalização de mecanismos que contemplam importantes temas que incidem sobre os ODS como gênero, preservação dos oceanos e a promoção de um maior papel de liderança por parte dos povos tradicionais. No entanto, 2018 será um ano determinante para que tais mecanismos possam resultar em ações concretas, visto que as negociações acerca das regras e procedimentos desses mecanismos ocorrerão ao longo desse ano.

Fontes

AGENDA 2063. About Agenda 2063. (08/01/2018). <https://goo.gl/CJiwmP>

BBC BRASIL. Autores de estudo citado na ONU desmentem Temer sobre queda no desmatamento da Amazônia. (01/02/2018). <https://goo.gl/KHX1i3>

BRICS 2017 CHINA. BRICS Leaders Xiamen Declaration. (25/01/2018). <https://goo.gl/HpckQZ>

BRICS ÍNDIA 2016. Meeting of BRICS Women Parliamentarians' Forum on Women Parliamentarians: Enablers for Achieving SDGs Jaipur, Rajasthan, India 20-21 August, 2016. (25/01/2018). <https://goo.gl/4dbDZ6>

CAPACITY BUILDING FOR INDUSTRIAL POLLUTION MANAGEMENT. Introduction. (02/02/2018). <https://goo.gl/pwieN1>

CARBON BRIEF. COP23: Key outcomes agreed at the UN climate talks in Bonn. (05/01/2018). <https://goo.gl/Xe7xt1>

CARTA CAPITAL. Trump anuncia retirada dos EUA do Acordo de Paris. (08/01/2018). <https://goo.gl/855pZm>

DEPARTMENT ENVIRONMENTAL AFFAIRS: REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. National Climate Change Adaptation Strategy. (20/01/2018). <https://goo.gl/8ZQtCo>

DEUTSCHE WELLE. A degradação ambiental na Índia vista do espaço. (06/20/2018). <https://goo.gl/yEfKGb>

DEUTSCHE WELLE. Emissões de CO2 voltam a subir pela primeira vez em anos. (03/01/2018). <https://goo.gl/gViMrC>

DEVEX. Maasdorp on BRICS bank's 'openness' and unique place in the MDB world. (10/01/2018). <https://goo.gl/QvDjA1>

ESTADÃO. Em carta confidencial, UE critica situação de ambientalistas no Brasil. (25/01/2018).

<https://goo.gl/SYhZg1>

GLOBAL CARBON PROJECT. Global Carbon Budget 2016. (05/01/2018). <https://goo.gl/mHPGCK>

GLOBAL CARBON PROJECT. Global Carbon Budget 2017. (05/01/2018). <https://goo.gl/2PNS9g>

GREEN CAPE. Water: 2017 Market Intelligence Report. (05/02/2018). <https://goo.gl/e6s95y>

INTERNATIONAL SOLAR ALLIANCE. About ISA. (20/01/2018). <https://goo.gl/Dw3gV3>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU – Nova York, 19 de setembro de 2017. (27/01/2018). <https://goo.gl/3KxkmS>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. VIII Cúpula do BRICS - Goa, Índia, 15 e 16 de outubro de 2016 – Declaração e Plano de Ação de Goa. (25/01/2018). <https://goo.gl/ygo6FZ>

MINISTRY OF ENVIRONMENT, FOREST AND CLIMATE CHANGE. Inventory and Mapping of probably contaminated sites in India. (03/20/2018). <https://goo.gl/F6113V>

MINISTRY OF ENVIRONMENT, FOREST AND CLIMATE CHANGE. NATIONAL GREEN TRIBUNAL (NGT). (02/02/2018). <https://goo.gl/7ZN3vr>

MINISTRY OF ENVIRONMENTAL PROTECTION THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. The Belt and Road Ecological and Environmental Cooperation Plan. (15/01/2018). <https://goo.gl/c84jFq>

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS: GOVERNMENT OF INDIA. Statement by M.J. Akbar, Minister of State for External Affairs at UNGA's Ocean Conference, New York (June 08, 2017). (17/01/2018). <https://goo.gl/uNwh1F>

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. ONU recebe notificação oficial dos EUA para abandonar Acordo de Paris para o clima. (02/01/2018). <https://goo.gl/jgSiEA>

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (18/01/2018). <https://goo.gl/c4aWgP>

NEW DEVELOPMENT BANK. Canara Renewable Energy Financing Scheme. (10/01/2018). <https://goo.gl/YUCnsp>

NEW DEVELOPMENT BANK. Home. (06/01/2018). <https://goo.gl/meBxeB>

NEW DEVELOPMENT BANK. Financing of Renewable Energy Projects and Associated Transmission (BNDES). (06/01/2018). <https://goo.gl/hGkves>

NEW DEVELOPMENT BANK. Lingang Distributed Solar Power Project. (06/01/2018). <https://goo.gl/YHvZb3>

NEW DEVELOPMENT BANK. Projects. (06/01/2018). <https://goo.gl/HTxmT3>

NEW DEVELOPMENT BANK. Project Finance Facility For Eskom. (06/02/2018). <https://goo.gl/RoUuNM>

NEW DEVELOPMENT BANK. Two Loans to EDB and IIB for Nord-Hydro. (15/01/2018).

<https://goo.gl/hojWZP>

PORTUGUESE.PEOPLE.CN. Indústrias do meio ambiente estão crescendo na China, dizem analistas.

(05/02/2018). <https://goo.gl/dmKohD>

SENADO FEDERAL. Sancionadas regras para regularização fundiária rural e urbana. (28/01/2018).

<https://goo.gl/cvPY5H>

UNITED NATIONS. Doha Amendment to the Kyoto Protocol Doha, 8 december 2012. (20/02/2018).

<https://goo.gl/qsjl1yo>

UNITED NATIONS: GENERAL ASSEMBLY. Resolutin adopted by the General Assembly on 6 july

2017. (26/01/2018). <https://goo.gl/uow675>

UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. Doha Amendment to the Kyoto protocol. (20/02/2018).

<https://goo.gl/2BRsV6>

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://bricspolicycenter.org/homolog/projetos/Index/17>

E-mail: plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org

Elaboração

Maureen Santos, Beatriz Mattos, Carolina Alves e Diogo Viana

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Paulo Esteves

Pesquisadora

Maureen Santos

Pesquisadora e Pesquisador Assistentes

Beatriz Mattos e Diogo Viana

Iniciação Científica

Carolina Alves

Realização



Parceria



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020

www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org